



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Ten Cel Eng HILTON MARTINS LAUREANO DA SILVA

**A Engenharia nas Operações Urbanas do Estado do
Rio de Janeiro, durante a Intervenção Federal**



Rio de Janeiro
2023



Ten Cel Eng HILTON MARTINS **LAUREANO** DA SILVA

A Engenharia nas Operações Urbanas do Estado do Rio de Janeiro, durante a Intervenção Federal

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista e, Ciências Militares, com ênfase em Doutrina.

Orientador: Maj Inf **Jairo Luiz** Fremdling Farias Júnior

Rio de Janeiro
2023

S586e Silva, Hilton Martins Laureano da

A engenharia nas operações urbanas do Estado do Rio de Janeiro, durante a intervenção federal . / Hilton Martins Laureano da Silva . - 2023.

42f. : il; 30 Cm,

Orientação: Jairo Luiz Fremdling Farias Junior.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023.

Bibliografia: f. 42-44

1.Engenharia. 2. Doutrina. 3.Intervenção. 4.Operações Urbanas. I. Título.

Ten Cel Eng HILTON MARTINS **LAUREANO** DA SILVA

A Engenharia nas Operações Urbanas do Estado do Rio de Janeiro, durante a Intervenção Federal

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista e, Ciências Militares, com ênfase em Doutrina.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

COMISSÃO AVALIADORA

Orlando Mattos **Sparta** de Souza - Ten Cel Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Dan Milli Pereira - Maj Eng - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Jairo Luiz Fremdling Farias Júnior - Maj Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa, minhas filhas, meus irmãos
e meus pais, fontes de inspiração e
exemplo.

“Tudo posso naquele que me fortalece!”

(Filipenses 4:13)

AGRADECIMENTOS

A Deus, o Senhor dos Exércitos, pelo dom da vida, pela serenidade nos momentos difíceis e pela saúde que tem me permitido seguir estudando e aprendendo a cada dia que passa.

Ao meu orientador, Maj Inf Jairo Luiz Fremding Farias Júnior, pela orientação segura e precisa além da confiança e da camaradagem que dispensou a mim em todos os momentos da realização deste trabalho.

Aos meus pais (José Severino Laureano da Silva – *in meorian*) e Maria de Lourdes Martins Pereira, e irmãos, pelos exemplos de dedicação e amor à família, pela educação firme e sólida e pelos incentivos constantes para meus êxitos.

À minha esposa Thaís e às minhas filhas Manuela e Luíza, minhas fortalezas, pela alegria de poder conviver com vocês todos os dias, pela companhia, compreensão e incentivos de sempre.

A todos os militares que ombrearam comigo na Intervenção Federal na Área de Segurança Pública, no Estado do Rio de Janeiro, que labutaram comigo no Centro de Adestramento – Leste (CA-LESTE), 1º Batalhão de Engenharia de Combate-Escola (1º BE Cmb – Es) e 1ª Companhia de Engenharia de Combate Paraquedista (1ª Cia E Cmb Pqdt), bem como a todos os integrantes da Engenharia que também nessa missão trabalharam, com suor e dedicação, e por terem me inspirado na execução deste trabalho, os meus agradecimentos.

RESUMO

A Doutrina Militar Terrestre (DMT) está em constante evolução, o que suscita atualizações periódicas em função da introdução de novos conceitos, novos equipamentos e mesmo da observação do emprego das Forças Armadas, em variados eventos, o que chamou a atenção nas Operações Urbanas, fruto da intensa participação no Rio de Janeiro. A Arma de Engenharia (Eng) compõe esse quadro de inovações, pois atua junto às Armas-bases nas formas de apoio previstas no Manual de Campanha EB 70-MC-10.237 – A Engenharia nas Operações, 1ª Edição, 2018 e planejamentos dos escalões a que se subordina, de acordo cada operação militar e suas especificidades. A intervenção federal na segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, em 2018, evidenciou o emprego da Engenharia em todas as atividades. Nesse período, as Organizações Militares (OM) da região do Estado em tela participaram, o que angariou lições aprendidas e a constante necessidade de adestramentos das tropas. As frações do 1º Batalhão de Engenharia de Combate-Escola (1º BECmb-ES) e 1ª Companhia de Engenharia de Combate Paraquedista (1ª Cia E Cmb Pqdt) foram muito solicitadas, o que destacou a importância da Engenharia em todos os contextos operacionais em que o Exército Brasileiro (EB) foi designado para contribuir com a manutenção da ordem. O Apoio de Engenharia contribuiu para as funções de combate Movimento - Manobra e Logística por intermédio da construção de instalações logísticas; recuperação de áreas danificadas; retiradas de obstáculos e armadilhas em áreas edificadas; fornecimento de avaliações sobre riscos ambientais; gestão do patrimônio ambiental; obtenção e gerenciamento do patrimônio imobiliário; e construção. Essas missões foram requisitadas com frequência em todas as operações e atividades no período supracitado. A Engenharia nas Operações Urbanas do Estado do Rio de Janeiro durante a intervenção federal na segurança pública, em 2018, foi muito empregada nas atividades atinentes à sua concepção de mobilidade e proteção, assim como do apoio geral de engenharia, o que proporcionou às tropas amigas o poder de sequências nos trabalhos operacionais característicos. Assim, as armas de manobra puderam seguir em seus trabalhos de combate em disfavor dos Agentes de Perturbação da Ordem Pública (APOP), bem como a logística, apoio de fogo e comando e controle, que também contaram com o apoio no que se refere a limpezas de área e domínio do espectro dimensional do Teatro de Operações que sempre se

descortinou no Estado. Todo o arcabouço operacional executado pela Engenharia serviu para o aumento do eixo de pesquisa e dados concretos de atividade de Engenharia nas Operações Urbanas. Isso serviu e se apresenta como subsídios fundamentais para futuros planejamentos comprovadamente executados para o fim esperado no Teatro de Operações do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa de dados reais de missões de Engenharia, obtidas nas atividades das Operações Urbanas contribuirá de modo visível para a doutrina militar terrestre, bem como a produção de possíveis cadernos de instrução para as atividades nesse tipo de palco de eventos emblemáticos para a sociedade brasileira e histórico da Arma.

Palavras-chaves: Engenharia; doutrina; intervenção; operações urbanas.

RESUMEN

La Doctrina Militar Terrestre (DMT) se encuentra en constante evolución, la cual plantea actualizaciones periódicas debido a la introducción de nuevos conceptos, nuevos equipos e incluso la observación del uso de las Fuerzas Armadas, en diversos eventos, lo que llamó la atención en Operaciones Urbanas, resultado de la intensa participación en Río de Janeiro. El Arma de Ingeniería (Ing) conforma este marco de innovaciones, ya que trabaja en conjunto con las Armas Base en las formas de apoyo previstas en el Manual de Campaña EB 70-MC-10.237 – Ingeniería en Operaciones, 1ª Edición, 2018 y planificación de los niveles a los que está subordinado, según cada operación militar y sus especificaciones. La intervención federal en seguridad pública en el Estado de Río de Janeiro, en 2018, evidenció el uso de la Ingeniería en todas las actividades. Durante este período participaron los Organismos Militares (OM) de la región del Estado en cuestión, los cuales recogieron los aprendizajes y la constante necesidad de entrenamiento de las tropas. Las facciones del 1º Batallón de Ingeniería de Combate -Escuela (1º BECmb-ES) y de la 1ª Compañía de Ingeniería de Combate Paracaidista (1ª Cia E Cmb Pqdt) tuvieron gran demanda, lo que destacó la importancia de la Ingeniería en todos los contextos operativos en los que el Ejército Brasileño (EB) fue designado para contribuir al mantenimiento del orden. El Apoyo de Ingeniería contribuyó a las funciones de combate de Movimiento - Maniobra y Logística, a través de la construcción de instalaciones logísticas; recuperación de áreas dañadas; eliminación de obstáculos y trampas en zonas urbanizadas; suministro de evaluaciones de riesgos medioambientales; gestión del patrimonio ambiental; obtención y gestión de activos inmobiliarios; y construcción. Estas misiones fueron solicitadas con frecuencia en todas las operaciones y actividades en el período mencionado. La Ingeniería en las Operaciones Urbanas del Estado de Río de Janeiro durante la intervención federal en seguridad pública, en 2018, fue ampliamente utilizada en actividades relacionadas con la concepción de movilidad y protección, así como el apoyo de ingeniería general, que brindó a las tropas amigas la potencia en el seguimiento a las obras operativas características. Así, las armas de maniobra pudieron continuar con su labor de combate en detrimento de los Agentes de Interrupción del Orden Público (APOP), así como la logística, de apoyo de fuegos y de Comando y control, que también contaron con apoyo en cuanto a limpiezas de

área y dominio de las dimensiones, espectro del Teatro de Operaciones que siempre se ha develado en el Estado. Todo el marco operativo llevado a cabo por Ingeniería sirvió para incrementar el eje de investigación y datos concretos de la actividad de Ingeniería en Operaciones Urbanas. Eso sirvió y se presenta como contribución fundamentales para la planificación futura demostrablemente ejecutada para el propósito esperado en el Teatro de Operaciones del Estado de Río de Janeiro. La búsqueda de datos reales de misiones de Ingeniería, obtenidos en las actividades de las Operaciones Urbanas, contribuirá visiblemente a la doctrina militar terrestre, así como a la producción de posibles lecciones para las actividades en este tipo de eventos emblemáticos para la sociedad y la historia de las armas.

Palabras llaves: Ingeniería; doctrina; intervención; operaciones urbanas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	METODOLOGIA.....	6
3	A INTERVENÇÃO FEDERAL.....	8
3.1	A INTERVENÇÃO FEDERAL NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO.....	8
4	DOCTRINA DA ARMA DE ENGENHARIA NAS OPERAÇÕES URBANAS.....	15
4.1	ATIVIDADES E MISSÕES REALIZADAS PELAS UNIDADES ENGENHARIA PRESENTES NA INTERVENÇÃO FEDERAL.....	18
4.2	EXEMPLOS DE LIÇÕES APRENDIDAS PARA A DOCTRINA DA ARMA DE ENGENHARIA NA INTERVENÇÃO FEDERAL.....	20
4.3	ANÁLISE DE CASO: VISTORIA E VASCULHAMENTO EM PRESÍDIO	23
4.3.1	LIÇÕES APRENDIDAS E/OU MELHORES PRÁTICAS REALIZADAS NAS OPERAÇÕES DE VISTORIA E VASCULHAMENTO EM PRESÍDIOS.....	27
5	CONCLUSÃO.....	31
6	REFERÊNCIAS.....	33

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade analisar a arma de Engenharia em sua importância no contexto da Força Terrestre devido a sua constante necessidade de adequação qualitativa e quantitativa de seu apoio às operações urbanas. Esse arcabouço faz parte da evolução do combate, no caso em tela, o urbano, onde na Intervenção Federal na área de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro se descortinou um Teatro de Operações que contou com sua força altamente móvel, com seus meios de poder, alcance e precisão, empregados em profundidade e dispersão sob as formas de apoio e situações de comando. (Brasil, 2018).

O Estado do Rio de Janeiro (RJ) atravessou o ano de 2018 em situação de Intervenção Federal, sob a responsabilidade do Exército Brasileiro (EB) em recuperar os índices de sensação de segurança. Em que pese o crime organizado estar enraizado desde a década de 1970 e a partir dos anos 2000 novos atores criminais: as milícias, que dividiram a área do Estado em domínios de chefes de grupos armados. Este Estado localizado, na Região Sudeste do Brasil, é aglutinador do desenvolvimento nacional, no entanto traz consigo as mazelas das grandes cidades do país, dentre elas a falta de políticas de segurança (Seg), transporte e habitação. (Silva, 2018).

A negligência política cooperou para a criação de áreas lideradas por facções do crime organizado, como o Comando Vermelho (CV) e o Terceiro Comando (TC), onde o poder público perdeu e deixou de realizar seu poder legal. Atualmente, as milícias ocupam mais de 40 bairros e 165 comunidades da região metropolitana do RJ, onde vivem aproximadamente 2(dois) milhões de pessoas¹. Nessa área ocorrem verdadeira guerras entre elas, vislumbrando tomada de áreas. (O Globo, 2018).

Segundo Ramos Júnior (2019), nesse contexto, as Forças Armadas (FA) participou da Seg pública do Estado do RJ, em seus primeiros movimentos na década de 1990, como na Eco 92, desde então em atividade de Operações (Op) de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Outra participação das FA, pode-se destacar a segurança no canteiro de obras na Operação Cimento Social, em 2008, denominada Op Guabara, contando com a ocupação de tropas federais em mais de 20 (vinte) comunidades em todo o Estado.

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/franquia-do-crime-dominio-de-areas-amplas-pela-milicia-e-novidade-para-especialistas.ghtml>. Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

Cabe ressaltar, também, a participação do EB e em particular a Arma de Engenharia nas Op Arcanjo, nos Complexos do Alemão e da Penha (2010 a 2012) e São Francisco, no Complexo da Maré (2014 e 2015). Adiciona-se, também, na Seg de grandes eventos, em 2013, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), e em 2016 no Jogos Olímpicos (JO).

Em 2017, em meio ao caos de crises psicossociais, morais e político-econômicas, os níveis de insegurança e criminalidade se tornaram inaceitáveis, divulgados em todas as mídias, o que levou o Presidente da República a decretar a Intervenção Federal, restrita à Área de Seg Pública, de forma categórica. (El país, 2018).

A situação caótica proporcionou a autorização, por meio do Decreto Presidencial de 28 de Julho de 2017, a ativação do Comando Conjunto (CCj), para o emprego das FA, conseqüentemente o emprego da Arma de Engenharia (Eng) para a GLO no Estado, para apoio na Seg Pública. (Decreto, 2017).

Aprofundando a crise, no carnaval de 2018, onde a população vivenciou grande quantidade de casos de violência urbana e indignação nacional, nocivos à sociedade com um todo, o Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, o Exército Brasileiro passou a realizar Operações de Garantia da Lei e da Ordem, visando pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro. (El país, 2018).

Segundo Ramos Júnior (2019), Em todas esas Op GLO realizadas no Estado do RJ, a Arma de Engenharia foi empregada em maior ou menor escala. Contudo, por ocasião da Intervenção Federal, a Eng foi largamente empregada em uma gama bastante diversificada de missões. Nessas oportunidades, pôde-se observar que os o emprego da doutrina e inovações doutrinárias que possivelmente poderão servir para emplemento nos mais doutrinários, como ensinamentos.

Dessa forma, descortinou-se o seguinte problema no tocante ao emprego da Engenharia nas Operações Urbanas do Estado do Rio de Janeiro, durante a Intervenção Federal: Quais as inovações doutrinárias surgidas no emprego da Engenharia nas Op Urbanas, durante a Intervenção Federal?

O objetivo geral deste trabalho é Analisar as atuações da Arma de Engenharia nas atividades de Operações Urbanas no Estado do Rio de Janeiro, durante a Intervenção Federal na Segurança Pública, em 2018, em diversas missões, destacando as realizações desses trabalhos no Teatro de Operações de

Área de Garantia da Lei e da Ordem (A GLO) em um ambiente complexo e humanizado.

Com a finalidade de se analisar a atuação da Engenharia nas Operações Urbanas do Estado do Rio de Janeiro, durante a Intervenção Federal na área de segurança, no ano de 2018, foram levantados os seguintes objetivos específicos: (1) Descrever a Intervenção Federal e (2) Descrever o emprego da Engenharia nas Operações urbanas na Intervenção Federal.

A fim de permitir a abordagem direta e realista, com profundidade e coerência, com a proposta deste trabalho acadêmico, a análise será delimitada pelas missões executadas pelo 1º BECmb (ES) e pela 1ª Cia E Cmb Pqdt, descrevendo atividades importantes executadas pela Engenharia na Intervenção Federal.

A relevância deste trabalho se dá por sua contribuição à Arma e ao Exército Brasileiro, por meio do cabedal de dados para a doutrina de emprego em operações urbanas. O referido estudo tem sua devida importância pelo fato de contribuir para a reformulação da Doutrina Militar Terrestre, por meio dos dados extraídos das missões de Engenharia no contexto das Operações Urbanas, de modo a ser útil para o planejamento de ações inseridas nesse espectro e para a sociedade, isto é, propagar sob o escopo doutrinário e científico conhecimentos adquiridos por meio da materialização desse trabalho, incluindo dados válidos, concretos e observados no Teatro de Operações do Estado do Rio de Janeiro durante o tempo e espaço delimitados.

2. METODOLOGIA

Com o intuito de atender os objetivos propostos, esse projeto de pesquisa foi delimitado pela atuação da Engenharia no Estado do Rio de Janeiro, por meio de das atividades que as Unidades de Engenharia foram avocadas, como limite temporal foi estipulado o ano de 2018, buscando-se os dados concretos da missão que o Exército Brasileiro recebeu para tal, permitindo realização de uma análise das operações e emprego doutrinário.

A procura e alcance de material concreto foram feitas junto ao Centro de Adestramento-Leste (CA-Leste), a 1ª Divisão de Exército, ao 5º Grupamento de Engenharia, ao 1º Batalhão de Engenharia de Combate – Escola (1º BECmb – ES), à 1ª Companhia de Engenharia de Combate Paraquedista e à Biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), juntamente ao Instituto Meira Mattos. O autor se valeu da pesquisa bibliográfica de leis, decretos, livros, manuais, publicações periódicas, revistas, regulamentos e instruções normativas; e da pesquisa documental de material disponibilizado na rede mundial de computadores (*internet*), *e-mails*, fotografias e relatórios solicitados às Organizações Militares citadas no trabalho. por meio de pesquisa bibliográfica de literatura (livros, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas e redes eletrônicas), além de documentos internos produzidos pelo Exército Brasileiro.

Quanto ao método de abordagem que esclarece os procedimentos lógicos seguidos na investigação e que viabilizam a tomada de decisão sobre o alcance das pesquisas, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações, foi adotado o método dedutivo, o qual pressupõe que só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro. O raciocínio dedutivo tem por objetivo explicar o conteúdo das premissas por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente (análise do geral para o particular) para chegar a uma conclusão.

O problema será abordado pelo conceito da pesquisa qualitativa, que permite descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos, contribuir para o processo de mudança e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades de um determinado comportamento.

Quanto aos objetivos, será aplicado o conceito de pesquisa descritiva, visando a descrever as características do objeto de estudo, estabelecendo relações entre as variáveis e aumentando os conhecimentos sobre as características e magnitude do problema de pesquisa.

Esta pesquisa realizará o levantamento de dados, quanto aos procedimentos técnicos, que permitirão a definição de termos, a estruturação de um modelo teórico de análise e a solução do problema de pesquisa. As consultas foram baseadas nas principais fontes de pesquisa de trabalhos acadêmicos, como as plataformas digitais do Google Acadêmico, Scielo Biblioteca Digital do Exército e EB Revistas.

3. A INTERVENÇÃO FEDERAL

3.1 A INTERVENÇÃO FEDERAL NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO

Em cumprimento ao Decreto Presidencial de 28 de julho de 2017 e ao Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, o Exército Brasileiro passou a realizar Operações de Garantia da Lei e da Ordem, visando pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública no estado do Rio de Janeiro.

Segundo Ramos Júnior (2019), o estado final desejado (EFD) pelo Interventor Federal era a diminuição gradual dos índices de criminalidade, com aumento na percepção da sensação de segurança por parte da população do Estado do Rio de Janeiro, concomitantemente com a recuperação incremental da capacidade operativa dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) e da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Além disso, era intenção do Interventor, empreender esforços para buscar o compromisso do governo estadual no sentido de assegurar a adoção de medidas voltadas a preservação e a progressão do resultado final alcançado pela Intervenção Federal, extrapolando o limite temporal definido para o término da intervenção.

Nesse período, ocorreu intensa aplicação da doutrina militar terrestre vigente, dentro do contexto das Operações de GLO. Cabe destacar os inúmeros desafios superados pelo Comando Conjunto e suas tropas subordinadas, levando-se em conta: um ambiente operacional extremamente difuso e complexo, onde as operações eram realizadas em áreas altamente humanizadas; as características de um combate assimétrico, cujo o Agente Perturbador da Ordem Pública (APOP) estava no meio da população, com a vantagem de ser o conhecedor do terreno, utilizando-se de táticas tipicamente de Forças Irregulares, sem respeitar qualquer tipo de norma de conduta nos combates e tampouco a segurança da população das comunidades que dominavam; a forte presença da mídia, a qual apresentava conduta desfavorável à atuação das Forças de Segurança, buscando explorar na maioria das vezes as possíveis falhas das ações da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro; a necessidade de se manter o apoio da população, para o desenvolvimento das operações, além de se buscar incessantemente a integração e o apoio dos Órgãos de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; e a

necessidade de atuar com efetividade contra os APOP, preservando a segurança da tropa e da população, mitigando as possibilidades de danos colaterais decorrentes das operações. (Relatório, 2019).

Nesse contexto, a população brasileira observou inúmeros casos de violência, durante o carnaval de 2018, no Rio de Janeiro, amplamente difundidos por meio da mídia. Isso causou a intensificação da sensação de insegurança na população do Estado e a indignação de parte da população de outros estados. Esses fatos nocivos à sociedade como um todo, acrescidos dos demais problemas psicociais e políticos, levou o Presidente da República a decretar a Intervenção Federal, restrita à Área de Segurança Pública. (El país, 2018).

Tais situações motivaram a autorização, a ativação do Comando Conjunto (CCj), para o emprego das FA e, na sequência, o emprego da Arma de Engenharia para a GLO no Estado do Rio de Janeiro, em apoio às ações na Área de Segurança Pública. (Portaria n. 146-COTER, de 27 de novembro de 2018).

(Relatório, 2019). A organização do EM CCj, incluindo o dispositivo do Centro de Operações, foi concebida aos moldes doutrinários do EB, no entanto, foram realizadas algumas implementações na organização das células funcionais, a fim de aumentar o grau de controle sobre as diversas áreas.

O Estado-Maior Conjunto foi constituído pelas seguintes células, tendo o como exemplo, o Exército Brasileiro (EB) no comando, e a Marinha do Brasi (MB) e a Força Aérea Brasileira (FAB) também como atores no contexto

- Chefia do Estado-Maior (ChEM);
- SChEM/EB (coordenador dos D1, D4 e D10);
 - SChEM/MB (coordenador dos D2, D3, D5 e D8);
 - SChEM/FAB (coordenador dos D6 e COA);
- D1 (Pessoal);
- D2 (Inteligência);
- D3 (Operações Correntes);

- D4 (Logística);
- D5 (Planejamento/ Operações Futuras);
- D6 (Comando e Controle);
- D7 (Comunicação Social);
- D8 (Operações Psicológicas);
- D9 (Assuntos Cíveis – Of QEMA – 5º Gpt E);
- D10 (Administração Financeira);
- Assessoria Jurídica;

O CCj também possuiu uma célula para a realização da Coordenação das Operações Aéreas (COA) com a responsabilidade de coordenar todos os vetores aéreos disponíveis, permitindo assim maior grau de centralização do controle desses meios durante as operações.

Durante o desenrolar das operações, o Cmt CCj decidiu dividir o EMCj de forma a melhorar e manter a coordenação e controle das células, por meio da presença e ação de comando dos S Ch EM Cj de cada FA. Dessa maneira, a estrutura ficou compartimentada entre os SChEM, por meio de grupos de células sob a responsabilidade de cada Força, visando facilitar a interação entre as Forças Armadas em proveito das operações. Assim, as responsabilidades dos SChEM foram divididas da seguinte forma:

- Células a cargo do S Ch EM/ MB: D2, D3, D5 e D8
- Células a cargo do S Ch EM/ EB: D1, D4 e D10
- Células a cargo do S Ch EM/ FAB: D6 e COA

As Células de Assessoria Jurídica, D7 e D9 ficaram independentes e passaram a se reportar oportunamente ao S Ch EM/ MB ou diretamente com o Cmt

CCj, devido às complexidades das demandas decisórias, permitindo maior flexibilidade dos despachos e ações subsidiárias das Forças e dos OSP.

No que tange às atividades de inteligência, a 2ª Seção do CCj contou com a Companhia de Inteligência do Comando Militar do Leste (CML) e do Grupo de Inteligência da 1ª DE, ambas sob seu Controle Operacional. Havia também a Célula de Integração ativada, da qual se integraram Elementos e Oficiais de Ligação (OLig) das GU e U que compuseram o CCj, da Polícia Militar (PM), da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Guarda Municipal (GM) do Rio de Janeiro e da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

O EMCj estruturou a 7ª Seção (Comunicação Social), a 8ª Seção (Operações Psicológicas) e a 9ª Seção (Assuntos Cíveis), deixando, portanto, de constituir a célula de Operações de Informação (Op Info). Contudo, com o surgimento dessa demanda, essas seções passaram a ser coordenadas pelos Elementos de Operações Psicológicas do Batalhão de Operações Psicológicas (BtlOpPsc), do Comando de Operações Especiais (COPesp).

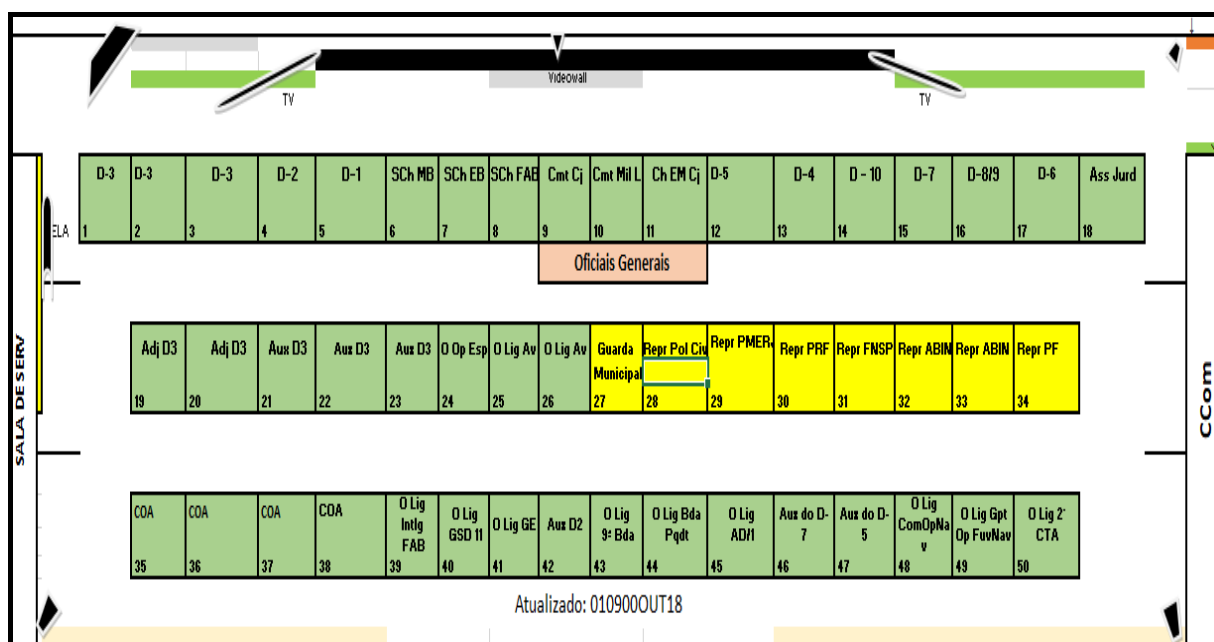
O C Cj, com estado-maior permanente integrado por militares organizados em células funcionais, planeja e conduz operações empregando tropas das FA com arranjos e composições variadas, em função da missão a ser cumprida. Para esse fim, são incorporadas unidades de diferentes naturezas bem como módulos especializados em determinadas tarefas. Exemplo disso são as tropas de engenharia utilizadas para a remoção de barricadas e em apoio à mobilidade dos efetivos em geral, proporcionando também grandes benefícios à população. (CINELLI, C. F. G.; DE SOUZA DIAS, A, 2019).

Figura 01: Sala de operações do Centro de Coordenação de Operações (CCOp) do CCj



Fonte: o Autor, com base na participação na Intervenção Federal

Figura 02: Organização da sala de Operações.



Fonte: Comando Militar do Leste (CML), 2018

1) O Processo de Planejamento e de Condução das Operações do C Cj

O Processo de Planejamento e de Condução das Operações Terrestres (PPCOT) e a Metodologia da Concepção Operativa do Exército (MCOE) foram empregados pelo CCj e seu EMCj, durante as primeiras Op GLO conduzidas no Estado do RJ. No entanto, tendo em vista a continuidade das operações, que exigiam celeridade no planejamento das ações e na execução, o Exame de Situação do Comandante passou a ser o principal processo utilizado pelo Cmt CCj e demais níveis e escalões.

Dessa forma, diante da dinâmica das operações implementadas pelo CCj, o processo de Exame de Situação do Comandante contemplou basicamente 04 (quatro) elementos de planejamento: o documento de decisão do comandante; a composição dos meios empregados na operação; a matriz de sincronização e o plano de movimento. A adoção desses documentos se configurou como ferramenta muito importante para a decisão final do Comandante Conjunto, permitindo a celeridade necessária para a concepção dos planejamentos e para a emissão das ordens nos diversos escalões.

Por vezes, o Comando Conjunto adotou soluções próprias diante de Problemas Militares complexos, levando em consideração o ambiente operacional, os meios disponíveis, os atores em presença e as considerações civis, proporcionando assim um amplo campo para a obtenção e catalogação de melhores práticas, lições aprendidas e experimentações doutrinárias que possam contribuir para o aprimoramento do Preparo e do Emprego da Força Terrestre, diante de operações dessa natureza.

Intervenção é uma medida de gerenciamento de crise previsto na Constituição Federal de 1988 e informado pelos princípios da necessidade e da temporariedade, atendendo, respectivamente, situações taxativamente expressas e limitações específicas de tempo e local. Assim, a Intervenção Federal é um instrumento através do qual a União pode quebrar excepcional e temporariamente a autonomia dos demais entes da Federação (Estados, Distrito Federal e Municípios localizados em Território Federal) pelos motivos expressamente contidos nos Artigos 34 e 35 da Constituição Federal/1988. (OBSERVATÓRIO MILITAR DA PRAIA VERMELHA, 2018).

O Amparo para a realização da Intervenção Federal está no Art 142 da CF estabelece a destinação constitucional das Forças Armadas e, o parágrafo primeiro do mesmo artigo, estabelece que lei complementar irá estabelecer as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem."

§ 1º Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

O parágrafo primeiro do Art. 142 da CF para ser atendido, foram decretadas, a Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas; a Lei Complementar Nº 117, de 2 de setembro de 2004, que completa a Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999, incluindo novas atribuições subsidiárias; e a Lei Complementar Nº 136, de 25 de agosto de 2010 que Altera a Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas", para criar o

Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa.

Ademais, o Decreto Presidencial Nº 3.897, de 24 de agosto de 2001, baliza o planejamento, a coordenação e a execução das ações das Forças Armadas, e de órgãos governamentais federais, na garantia da lei e da ordem.

4. DOCTRINA DA ARMA DE ENGENHARIA NAS OPERAÇÕES URBANAS

...“Cumprir a missão imposta sem danos colaterais, que possam comprometer a credibilidade da Força e prejudicar os militares envolvidos na operação...”. Anexo “S” – Adestramento e doutrina - Lições aprendidas e melhores práticas sobre o prepare e o emprego de tropas do CCj, no contexto da Intervenção Federal no Rio de Janeiro – 2018.

Segundo FARIAS (2015),O manual do Ministério da Defesa - MD33-M-10 - conceitua a Operação de Garantia da Lei e da Ordem como "uma operação militar conduzida pelas Forças Armadas, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no Art. 144 da Constituição ou em outras, em que se presuma ser possível a perturbação da ordem". Esta conceituação está baseada no Decreto Presidencial Nº 3.897, de 24 de agosto de 2001, que fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem (GLO), e dá outras providências, como se pode - observar nos Art. 3, 4 e 5. e nos Art.142 e144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88).

Art. 3º Na hipótese de emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem, objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, porque esgotados os instrumentos a isso previstos no art. 144 da Constituição, lhes incumbirá, sempre que se faça necessário, desenvolver as ações de polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência, constitucional e legal, das Polícias Militares, observados os termos e limites impostos, a estas últimas, pelo ordenamento jurídico.(Decreto Presidencial Nº 3.897).

Art. 4º Na situação de emprego das Forças Armadas objeto do art. 3º, caso estejam disponíveis meios, conquanto insuficientes, da respectiva Polícia Militar, esta, com a anuência do Governador do Estado, atuará, parcial ou totalmente, sob o controle operacional do comando militar responsável pelas operações, sempre que assim o exigam, ou recomendem, as situações a serem enfrentadas.(Decreto Presidencial Nº 3.897).

Art. 5º O emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, que deverá ser episódico, em área previamente definida e ter a menor duração possível, abrange, ademais da hipótese objeto dos arts. 3º e 4º, outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem, tais como as relativas a eventos oficiais ou públicos, particularmente os que contem com a participação de Chefe de Estado, ou de Governo, estrangeiro, e à realização de pleitos eleitorais, nesse caso quando solicitado. (Decreto Presidencial Nº 3.897).

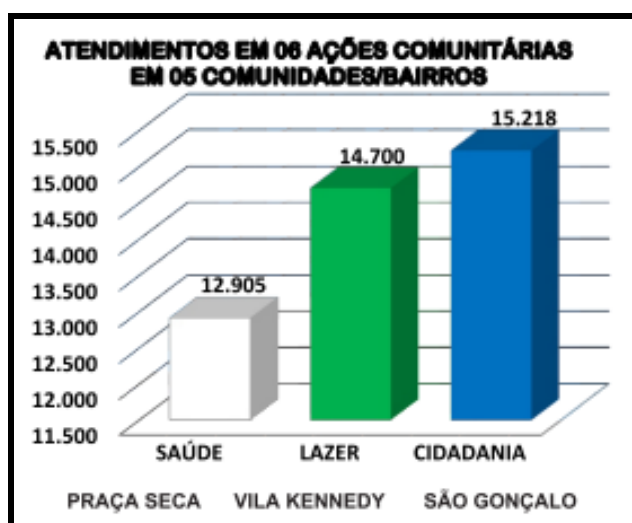
A Arma de Eng esteve na realidade das Op GLO do assunto em tela, por meio de sua doutrina e emprego, como o 1º BECmb (Es) e a 1ª Cia E Cmb Pqdt, foram empregadas na Intervenção Federal na A Seg (Área de Segurança) Pública no Estado do RJ.

Segundo SILVA (2018), a dificuldade de coordenação de vários participantes com interesses e vontades diferentes requereram detalhada consciência situacional, juntamente com a dificuldade em se reconhecer e determinar ameaças (concretas ou potenciais), a multiplicidade de vetores (civis e militares). No que se referiu à Engenharia existiu a dificuldade em reconhecer os tipos e a posição exata dos obstáculos, concorrendo com o planejamento para a utilização dos diversos tipos de equipamentos, de modo a aumentar a eficácia e reduzir o tempo de retirada dos obstáculos e armadilhas, permitindo, dessa maneira, maior trafegabilidade das tropas nas Áreas de Responsabilidade (ARP), além de reduzir o tempo de exposição da tropa de Engenharia em qualquer ponto.

Para RAMOS JUNIOR (2019), as Op Urbanas de GLO possuem características e princípios de emprego particulares. Ademais, alinhando a doutrina geral de Op GLO com o emprego da Arma de Engenharia, esta evidenciou durante as missões cumpridas pelas unidades de Engenharia em Op GLO, durante a Intervenção Federal, na Área de Segurança Pública, no Rio de Janeiro, a versatilidade e suas capacidades de trabalho, cooperando para a imagem do Exército Brasileiro nas missões.

O manual BRASIL (2018) aborda que a complexidade de vetores e a logística com diversos órgãos envolvidos são dinâmicas e exigiram dos Cmt iniciativa, conhecimento da manobra tática, flexibilidade, capacidade de argumentação e diálogo, além de conhecimento básico de preservação do meio ambiente, pois os trabalhos de engenharia modificam o terreno, afetam interesses de atores da AR e podem danificar o meio ambiente.

Gráfico 1 – Atendimento em 06 (seis) ações comunitárias, em 05 (cinco) comunidades/ bairros



Fonte: CCj

O Relatório, 2019, informou que para a Arma de Engenharia, o conhecimento detalhado das características da área de GLO é de suma importância, uma vez que, a organização para o combate (pessoal e equipamento) está diretamente relacionada às características da área de GLO. Além disso, por ocasião das Op GLO realizadas no contexto da Intervenção Federal, na Área de Segurança Pública, no Estado do Rio de Janeiro, a experiência mostrou que a organização das frações da Arma de Engenharia tornou-se mais efetivas a partir do momento que foi adotado um sistema modular para cada tipo de missão.

A inteligência, nas Op GLO, disponibilizou conhecimentos sobre as características dos APOP, da A GLO e da população. A atividade de inteligência realizou o acompanhamento das potenciais ações de ameaças. A produção do conhecimento apoia as ações das forças empregadas e forneceu dados para o desenvolvimento de todas as tarefas.

A troca de informações, entre todas as agências civis e militares, foi fundamental para o êxito das operações. Durante a Intervenção Federal no Rio de Janeiro, todas as operações foram desencadeadas buscando-se, simultaneamente, o sigilo e o curto espaço de tempo entre o recebimento da missão e a execução. Nesse sentido, as informações a respeito do terreno, APOP e da população se revestiram de maior importância, tendo em vista a impossibilidade de realizar reconhecimentos na A GLO.

De acordo com Brasil, 2018, adaptado para as atividade de Engenharia na Intervenção Federal, os principais elementos essenciais de inteligência (EEI) para a Engenharia foram os seguintes:

a. Remoção de Obstáculos: tipo de obstáculos lançados na A GLO; localização dos obstáculos, por meio dos aplicativos Google Maps, Google Earth, My Maps, e Map Source; se os obstáculos estavam batidos por fogos; vias de acesso prioritárias para a remoção de obstáculos; locais para depósito dos entulhos dos obstáculos; se os obstáculos estavam armadilhados; e existência de artefatos explosivos improvisados na A GLO (tipo e localização).

b. Revista de Presídios: plantas internas e externas dos presídios; principais locais de homizio de material; principais lideranças presas; principais rotas de fugas utilizadas em tentativas de fuga.

c. Apoio ao desenvolvimento social e da infraestrutura: A Engenharia atua junto às populações envolvidas nas operações, cujo apoio é imprescindível para o sucesso das forças legais. No contexto da Intervenção Federal, na Área de Segurança Pública, no Estado do Rio de Janeiro, a Arma de Engenharia foi largamente empregada em Ações Cívicos Sociais (ACISO), realizando trabalhos de reforma, recuperação e adequação de instalações, emprego de geradores de energia e trabalhos de terraplanagem para a melhoria de acesso aos locais da ACISO.

Para Ramos JUNIOR, 2019, Verificou-se, também, a importância da interoperabilidade entra as forças singulares e os OSP, pois em diversas ocasiões a segurança da Arma de Engenharia foi proporcionada por elementos da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira.

...aumento do número de ligações necessárias, com a inclusão de elementos diversos (forças singulares, policiais, órgãos civis etc.), exigindo a interoperabilidade dos meios de comunicações...; (OPERAÇÃO DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM, EB70-MC-10.242, p 6-4)

4.1 ATIVIDADES E MISSÕES REALIZADAS PELAS UNIDADES ENGENHARIA PRESENTES NA INTERVENÇÃO FEDERAL

A Arma de Engenharia, o nível mais alto de coordenação interagências ocorreu no nível estratégico, uma vez que quem realizava as coordenações no nível político era o próprio Interventor. O Cmt do 5º Grupamento de Engenharia (5º Gpt E) e o Chefe do Centro de Operações de Engenharia (COE) do 5º Gpt E foram os principais atores da Arma de Engenharia responsáveis pelas coordenações no nível estratégico. Neste caso, as coordenações foram facilitadas devido ao fato de que o 5º Gpt E participava ativamente dos planejamentos e coordenações no âmbito do Gabinete de Intervenção Federal (GIFRJ).

Segundo RAMOS JUNIOR (2019), No nível operacional havia um Oficial de Ligação (O Lig) do 5º Gpt E permanentemente no Centro de Coordenação de Operações (CCOp) do Comando Conjunto (C Cj). Concorriam a escala de O Lig/Eng do C Cj desde oficiais superiores do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA) até oficiais subalternos do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO). Com o desenrolar das operações, devido à alta rotatividade entre os O Lig, agravado pelo fato de que a grande maioria não tinha domínio sobre o assunto e poder de decisão, o 5º Gpt E solicitou apoio ao Departamento de Engenharia e Construção, que reforçou o Gpt com um Coronel de Engenharia do QEMA, possuidor do curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), que exerceu a função de Chefe da Célula de Assuntos Civis (D9) e O Lig de Engenharia. A permanência de um oficial antigo, com acesso direto ao Cmt Cj e interlocução com EM Cj, favoreceu sobremaneira as coordenações no nível operacional.

Verificou-se *in loco* por este autor², à época da Intervenção Federal, que apesar das coordenações já estarem delineadas desde o nível político/estratégico, verificou-se a importância da coordenação no nível tático por meio de reuniões de trabalho e, principalmente, o contato no terreno para a solução de problemas não previstos. Tal fato do emprego do 5º Gpt E em todos os níveis proporcionou uma maior celeridade na tramitação das informações com o nível tático, proporcionando, dessa forma, aumentou o tempo para o planejamento dos Cmt das Organizações Militares (OM) de Engenharia, proporcionando maiores coordenações nos canais técnicos da Arma.

² O Autor compôs a célula D3 (Operações Correntes), na parte de Doutrina das Operações, quando serviu no Centro de Adestramento-Leste, participando no adestramento das tropas, nas Operações e assessorando no que concernia aos ensinamentos doutrinários, no CCOp do CCj. O autor ainda colaborou na elaboração do Relatório final do Comando Conjunto da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública, no Estado do Rio de Janeiro - Anexo "S" – Adestramento e doutrina - Lições aprendidas e melhores práticas sobre o prepare e o emprego de tropas do Comando Conjunto, no contexto da Intervenção Federal no Rio de Janeiro – 2018

As coordenações eram realizadas pelos Cmt em todos os escalões, no nível tático porém com maior predomínio para os Cmt de OM e Cmt de Subunidade (SU). Atitudes, avaliações e raciocínio lógico levam o militar a usar a força com respaldo jurídico e social, dando legitimidade às ações e à atuação das ações militares. As normas de conduta (NC) e as regras de engajamento (RE) forma os principais moduladores das ações a serem adotadas nas Op.

De acordo com os relatórios da 1ª Cia E Cmb Pqdt e do 1º BECmb (ES), foi visto que todas as frações da Arma de Engenharia que participaram da Intervenção Federal removeram obstáculos e/ou fizeram varreduras nas áreas designadas. Nesse contexto, a realização de destruições desnecessárias ou a utilização de locais inapropriados para depositar os entulhos dos obstáculos poderão levar a perda do respaldo jurídico e social, além de favorecer para a perda da legitimidade nas ações. No que diz respeito as NC e as RE, foram as mesmas emanadas pelo escalão superior e de conhecimento de todos os militares da Arma.

Figura 03 – Militares de Engenharia realizando remoção de barricada



Fonte: 5º Gpt E

4.2 EXEMPLOS DE LIÇÕES APRENDIDAS PARA A DOCTRINA DA ARMA DE ENGENHARIA NA INTERVENÇÃO FEDERAL

A Arma de Engenharia recebeu a incumbência de realizar variadas de missões na da Intervenção Federal, na Área de Segurança Pública, no Estado do Rio de Janeiro, das quais merecem destaque as seguintes:

- a. Realização de cursos de mecânica de veículos pesados.

A Engenharia se encarregou da reforma viaturas, como caminhões, reboques e retroescavadeiras em apoio às polícias militares e civil. Isso foi motivado para atender à solicitação da Secretaria de Segurança Pública e alinhado com Objetivo Estratégico Nr 2 do Plano Estratégico da Intervenção na Área de Segurança Pública do Rio de Janeiro, de recuperar a capacidade operativa dos órgãos de segurança pública, favorecendo ainda mais a Organização de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA), o que ampliou a atração de recursos para manutenção de equipamentos e serviços para as unidades, bem como o reforço às operações.

Figura 04 – Estágio de manutenção de equipamentos e viaturas de Engenharia



Fonte: 5º Gpt E

b. O emprego de equipamentos

Verificou-se a eficiência do uso do implemento rompedor na retroescavadeira e a necessidade de substituição de cavalos mecânicos e pranchas por viaturas plataformas menores, mais versáteis e, por conseguinte, com maior possibilidade de trafegabilidade.

Figura 04 – Militares de engenharia utilizando equipamentos de Engenharia



Fonte: 1ª Cia E Cmb Pqdt

c. Largo emprego da Engenharia

Segundo Ramos, 2019, Um aspecto importante verificado durante as operações foi a necessidade de substituir os equipamentos de engenharia convencionais por equipamentos similares blindados, principalmente as retroescavadeiras e as carregadeiras sobre rodas, pois os operadores ficam muito expostos durante a remoção dos obstáculos, principalmente na fase de investimento, pois a A GLO, nessa fase, ainda não estava estabilizada. Desde o início do investimento sobre as comunidades e vias para realizar a remoção dos obstáculos, a Engenharia visou proporcionar o livre trânsito em todas as vias de acesso da A GLO.

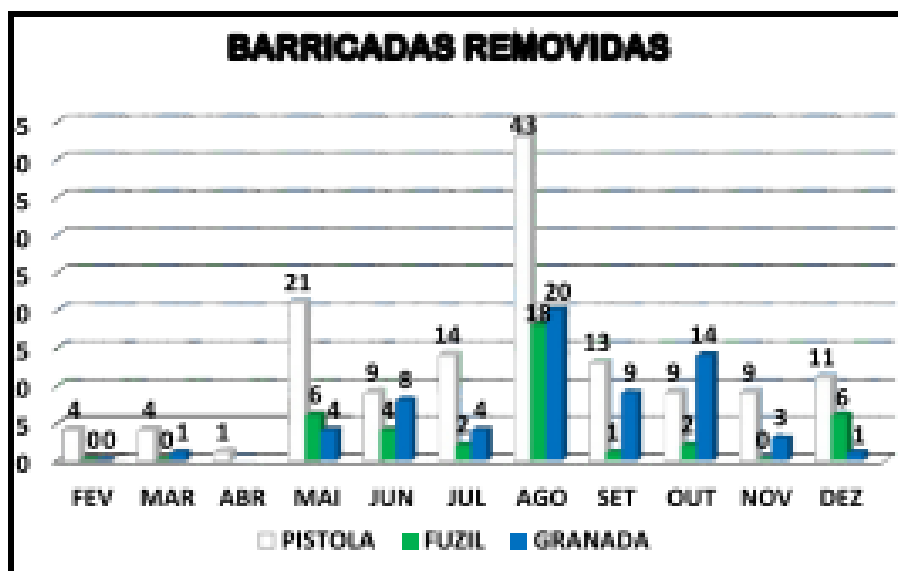
Figura 05 – Uso de equipamentos de Engenharia



Fonte: 1ª Cia E Cmb Pqdt

No processo para a desobstrução de vias, é normal que aconteçam confrontos e que os APOP criem ameaças utilizando obstáculos. Manual de Campanha OPERAÇÃO DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM, EB70-MC- 10.242, p 4-8.

Gráfico 2 – Barricadas removidas



Fonte: CCj

d. Em articulação com as forças de segurança pública e com o apoio de agentes penitenciários, a Engenharia recebeu as missões de executar ações cívico sociais (ACISO) e outras ações de vistoria e inspeção nas dependências de estabelecimento prisionais do Estado do Rio de Janeiro, para a detecção de armas, aparelhos de telefonia móvel, drogas e outros materiais ilícitos ou proibidos com a finalidade de contribuir com o restabelecimento da ordem pública.

4.3 ANÁLISE DE CASO: VISTORIA E VASCULHAMENTO EM PRESÍDIO

O autor deste trabalho atuou junto ao 1º BECmb (ES) e ao Centro de Adestramento-Leste na execução e acompanhamento da atividade de vistoria e vasculhamento em presídio, obtendo a seguinte análise, percepção e lições aprendidas, abordadas no Relatório final do Comando Conjunto da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública, no Estado do Rio de Janeiro - Anexo "S" – Adestramento e doutrina - Lições aprendidas e melhores práticas sobre o prepare e

o emprego de tropas do Comando Conjunto, no contexto da Intervenção Federal no Rio de Janeiro – 2018:

a. Finalidade

Em articulação com as forças de segurança pública e com o apoio de agentes penitenciários, executar ações de vistoria e inspeção nas dependências de estabelecimento prisionais do Estado do Rio de Janeiro, para a detecção de armas, aparelhos de telefonia móvel, drogas e outros materiais ilícitos ou proibidos com a finalidade de contribuir com o restabelecimento da ordem pública.

b. Execução

O Comando da Tropa designada conduziu as ações no interior das dependências de estabelecimento prisionais, em articulação com os OSP presentes e agentes penitenciários, com o emprego de destacamentos móveis para a inspeção e vistoria, de modo a realizar a verificação em todo o complexo prisional.

A operação como um todo foi de responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública Estadual. As tropas do EB foram responsáveis pela Op varredura.

Na execução da missão de varredura, o Cmt da Tropa designada exerceu o controle operacional dos efetivos e meios pertencentes às outras Forças Armadas e OSP, federais e estaduais, colocados à sua disposição e articularam as ações com os órgãos de segurança pública encarregados do isolamento das instalações, segurança interna e contenção dos detentos.

1) Estado Final Desejado

Cumprir a missão imposta sem danos colaterais, que possam comprometer a credibilidade da Força e prejudicar os militares envolvidos na operação.

2) A intenção do Cmt Cj foi:

- Preservar a integridade física dos integrantes das tropas, OSP e presidiários envolvidos na Op; e

- Não realizar contato direto da tropa do Exército com os detentos.

3) Exemplo de uma organização por tarefas:

- 1º BE Cmb (Es) - 1ª/ 1º BE Cmb (Es) (03 Eqp Seg e 10 Eqp de vasculhamento)
- Cia C Ap/ 1º BE Cmb (Es) (01 Eqp Log e 01 Eqp C2)
- 11º BPE (01 Eqp de cães, 01 Eqp de batedores)
- Cia Intlg (01 Eqp de detecção)
- 25º B Log (Es) (01 Eqp de saúde)
- Reserva (01 Pel CDC/ 11º BPE)

4) Exemplos dos efetivos empregados numa Operação de varredura de presídios:

Tabela 01- Pessoal empregado na Operação

Posto/ Grad	1º B E Cmb (Es)	11º BPE	Cia Intlg	25º BLog(Es)	TOTAL
Cel	1	-	-	-	1
Maj	1	-	-	-	1
Cap	4	-	-	-	4
1º Ten	2	-	-	-	2
2º Ten	4	1	-	-	5
ST	1	-	-	-	1
1º Sgt	-	-	-	-	-
2º Sgt	1	-	3	-	4
3º Sgt	12	4	-	1	17
Cb	27	7	-	1	35
Sd	60	30	-	1	91
TOTAL	113	42	3	3	161

Fonte: 1º BE Cmb (Es)

5) Composição da equipe de vistoria:

Tabela 02 - Composição da equipe de vistoria

Nr Ord	Posto/grad	Função	Material
1	Sgt	Chefe de Equipe	-
2	Cb	Auxiliar Ch Equipe	Câmera Go-Pro e Câmera endoscópica
3	Cb	Anotador	Prancheta e material de anotação
4	Sd	Vistoriador	Sacos plásticos
5	Sd	Vistoriador	Detector de metais
6	Sd	Vistoriador	Material de sapa

Fonte: 1º BE Cmb (Es)

6) Material empregado:

Tabela 03 - Material empregado pelas equipes de vistorias

Finalidade	Material
Vistoria das celas	<ul style="list-style-type: none"> - 4 detectores de metais (Manuais); - 20 detectores de metais; - 30 luvas de aço; - 5 marretas; - 5 ponteiros; - 5 talhadeiras; - 7 óculos de proteção; - 2 parafusadeiras; - 200 pares de luvas cirúrgicas; - 20 pranchetas; - 50 rolos fita zebraada; - Canetas esferográficas; - Canetas de retro; - 220 sacos transparentes; - 220 lacres; - 10 câmeras Go Pro; - 10 câmeras endoscópicas; e - 50 folhas de papel carbono

Fonte: 1º BE Cmb (Es)

Figura 06 – Uma equipe de detecção e busca do 1º BECmb (Es)

Fonte: 1º BECmb (Es)

4.3.1 LIÇÕES APRENDIDAS E/OU MELHORES PRÁTICAS REALIZADAS NAS OPERAÇÕES DE VISTORIA E VASCULHAMENTO EM PRESÍDIOS

a. Assinatura do Termo de Compromisso e Manutenção do Sigilo: Foi obrigatória a assinatura do Termo de Compromisso e Manutenção do Sigilo por todos os militares envolvidos na Operação de Varredura.

b. Os militares do EB não concederam entrevistas: essa atividade foi realizada pelos OSP em coordenação com o D-7.

c. Os militares não tiveram contato direto com os detentos: os detentos foram encaminhados para uma área aberta e ficaram confinados, perfilados e se mantiveram de pé.

d. Sobre o material apreendido: Todos os materiais encontrados foram colocados em sacolas transparentes, separados por itens individuais. Para tanto, foram feitos os registros desses materiais, por celas e confeccionadas relações de itens achados, em duas vias. Assim, foi realizado o preenchimento de folha de apreensão de material encontrado nas celas, sendo expedida em duas vias, para o controle da operação e do órgão prisional.

e. Uso de EPI pela tropa: Foi obrigatório o uso de trajes de segurança individual e equipamento de proteção individual (EPI) para proteção sanitária. EPI utilizados: calçados especiais, óculos de acrílico, luvas especiais até o ombro, luvas de procedimentos cirúrgicos, joelheiras e cotoveleiras, capacetes e Kit individuais contendo álcool e desinfetante. As tropas utilizaram o fardamento regulamentar do EB, sem qualquer tipo de identificação.

f. Emprego de Elm de Engenharia: Elm do 5º Gpt E atuaram com detectores de metais e de materiais explosivos, agilizando a busca de materiais.

g. Cada penitenciária tem características próprias. Os planejamentos deverão considerar as especificidades de cada local.

h. Adoção de Dados Médios de Planejamento (DAMEPLAN) para o cumprimento das missões: a elaboração do DAMEPLAN foi fundamental para operacionalizar a atividade, colaborando para a presteza e objetividade da operação.

Esses cálculos foram:


Tabela 04 - DAMEPLAN para a varredura nas celas

DADOS
Total de celas= 137
Total de equipes de revista= 10
Tempo total para revista= 7h= 420 min
Cela= 3,96m x2,16m= 8,55 m ²
Janelas= 0,75m x 1,35m= 1,01m ²
Cálculo de tempo aproximado por cela: $420/137 \times 10 = 30,65$ = 30 min por cela

Fonte: 1º BE Cmb (Es)

- i. Instalação da DPJM (Delegacia de Polícia Judiciária Militar) na Unidade Prisional.
- j. O atendimento ao preso ferido realizado pela equipe de saúde do 25º B Log (Es) deveria prestar socorro imediato e posteriormente encaminhado ao PS da Unidade Prisional.
- k. Em caso de rebelião, os militares deveriam interromper seus trabalhos imediatamente e seguir para a área aberta demarcada (estacionamento).
- l. Toda a operação deve ser filmada. Todo armamento letal permaneceu em cases fechadas, na área de estacionamento das viaturas.

Figura 07 – Ficha de apreensão de material


MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO

UNIDADE PRISIONAL:	CELA:	DATA:
GDH INÍCIO:	GDH TÉRMINO:	DURAÇÃO:
CHEFE DE EQUIPE		
NR	MATERIAL ENCONTRADO	OBS
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		

CONDUTOR P/G: NOME:	EQUIPE DE VISTORIA P/G: NOME:
CH EQUIPE P/G: NOME:	RECEBIMENTO FINAL P/G: NOME:

Scanned by CamScanner

Fonte: CCj

Figura 08 - Esboço da área de varredura na UP/ PMERJ



Fonte: 1º BE Cmb (Es)

m. Exemplo de resultados da Operação de Inspeção de Presídio

Tabela 05– Indicadores de resultados da Operação (Inspeção de Presídio)

INDICADORES	QUANTIDADE
Materiais apreendidos	<ul style="list-style-type: none"> - 07 aparelhos de celulares; - 18 carregadores de celulares; <ul style="list-style-type: none"> - 06 rádios; - 05 carregadores de rádios - 02 sacos de rejunte de piso; <ul style="list-style-type: none"> - 01 colher de pedreiro; - R\$ 335,10 (reais) em espécies; - COP 7.002 (pesos colombianos), US\$39 (dólares), €70 (euros), \$ 25 (yinhang) - 01 caixa de cigarro com 10 unidades; <ul style="list-style-type: none"> - 03 caixas de som; - 01 bloco de anotações com orçamentos, cobranças, diversos papéis avulso com contabilidade, extrato de banco, número de conta bancaria; <ul style="list-style-type: none"> - 01 livro de anotação azul; - 01 Kit churrasco; - 01 Agenda com nº de identidades e CPF de pessoas e nº de celas de prisão; <ul style="list-style-type: none"> - Lista com números de telefone; - Diversos pregos, parafusos e arames; <ul style="list-style-type: none"> - Várias extensões elétricas; - Inúmeros cortadores de unha e tesouras; - Outros (materiais de pouca importância não autorizados nas celas)

Fonte: CCj

5. CONCLUSÃO

Da análise do Planejamento Estratégico do Gabinete de Intervenção Federal, observou-se que o Comando Conjunto foi responsável por realizar as ações emergenciais no Eixo de Defesa durante a Intervenção Federal. Nesse período, as operações militares, com o apoio direto da Engenharia se mostraram mais intensas e tiveram a finalidade de colaborar com o GIF, especialmente na redução dos índices de criminalidade e aumentar a percepção de segurança na população do Estado do Rio de Janeiro.

A maneira de atuação baseou-se no conceito operacional de estabilização das comunidades, por meio de operações de cerco, desobstrução de vias, atividade largamente empregada pelas frações de Engenharia, e ações dinâmicas no interior das áreas conflagradas. Permitindo assim, o acesso dos agentes do Estado e às prestadoras de serviço público a áreas anteriormente dominadas por facções criminosas. Tais operações, proporcionaram às comunidades serviços inerentes à segurança pública, limpeza urbana, energia elétrica, saneamento básico, dentre outros, proporcionado pela remoção de obstáculos, contenções e redução da ostensividade dos APOP.

As ações das tropas do CCj, durante a Intervenção Federal, foram caracterizadas por uma atuação inédita, prioritárias e urgentes, como princípios básicos da Engenharia, diferenciando-se das ocasiões anteriores onde o EB foi empregado no Estado do Rio de Janeiro. A estratégia utilizada constituiu-se em realizar ações de estabilização em comunidades previamente selecionadas, conforme demandas do GIF. Nessas ocasiões, realizaram-se ações de cerco, investimento, ações dinâmicas de estabilização e apoio aos OSP.

Para as frações de Engenharia e às demais, essa experiência vivida pelas tropas, possibilitou o desenvolvimento da liderança e da ação de comando em todos os níveis. Garantindo assim, a autoconfiança necessária de seus integrantes quando submetidos à situações de alto risco, mantendo a sua efetividade durante as inúmeras missões nas Op GLO realizadas.

As Op GLO realizadas não foram pontuais e episódicas, pois a Área de Operações correspondeu à extensão de todo território do Estado do Rio de Janeiro, tendo sua continuidade a partir de operações de GLO anteriores ao Decreto 9.288.

Entretanto, as FFAA por meio da atuação do CCj estabeleceram estratégias e formas de atuação ímpar, nas quais conseguiram atingir os objetivos estabelecidos, cumprindo em excelentes condições a missão imposta, fazendo-se valer da doutrina e inovações doutrinárias de emprego.

A integração na área de inteligência com o compartilhamento de informações/conhecimentos entre todos os atores envolvidos no âmbito estadual, regional, e nacional esteve alinhada com as Diretrizes do Comando Conjunto e com a intenção do Interventor.

A implementação do processo de Exame de Situação do Comandante por meio do aprimoramento de elementos do planejamento como: o documento de decisão do comandante; a composição dos meios empregados na operação; a matriz de sincronização e o plano de movimento, configurou-se como instrumento necessário à decisão final do Comandante Conjunto, favorecendo a celeridade do estado situacional e à emissão das ordens em diversas situações, ampliando a esfera de planejamento das operações de cerco e investimento, patrulhamentos em vias urbanas e remoções de obstáculos pelas tropas de Engenharia, no contexto das Operações.

Portanto, conclui-se que a atuação do CCj no Estado do Rio de Janeiro e da Arma de Engenharia podem ser utilizadas como uma excelente referência para futuras ações dessa natureza. As melhores práticas e possíveis lições apreendidas no decorrer das Operações nesse Estado poderão contribuir sobremaneira para o aprimoramento do Preparo e do Emprego da Força Terrestre nas Operações em Ambiente Urbano, no contexto das Op GLO.

6. REFERÊNCIAS

http://ompv.eceme.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=322. Acesso em 20 de fevereiro de 2023. **A Intervenção Federal de 2018.**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. 45. ed. Brasília, DF. Edições Câmara, 2022.

_____. BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Manual de Campanha EB70-MC-10.237 – A Engenharia nas Operações, 1ª Edição**, 2018.

BRASIL. Decreto 14485 de 28 JUL 2017. - **Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem no Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/dsn14485.htm . Acesso em 13 de março de 2023.

BRASIL. Decreto de 29 de dezembro de 2017. **Altera o Decreto de 28 de julho de 2017, que autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem no Estado do Rio de Janeiro e Fica autorizado o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem, em apoio às ações do Plano Nacional de Segurança Pública, no Estado do Rio de Janeiro, no período de 28 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2018**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14506.htm. Acesso em: 13 de março de 2023.

BRASIL. Decreto 9.288, de 16 FEV 2018 - **Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9288.htm . Acesso 13 de março de 2023.

_____. BRASIL. Lei Complementar nº 69/1991. **Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Disponível em: Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

_____. BRASIL. **OBSERVATÓRIO MILITAR DA PRAIA VERMELHA, 2018**, disponível em http://ompv.eceme.eb.mil.br/masterpage_assunto.php?id=5, acesso em 20 de fevereiro de 2023

CINELLI, C. F. G.; DE SOUZA DIAS, A. L. **A Intervenção Federal no Rio de Janeiro. A Defesa Nacional**, v. 106, n. 837, 29 ago 2019.

_____. Decreto 3.897 de 24 AGO 2001. **Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências**. Disponível em: [//www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf)>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

FARIAS, Georgingtown Haullinson. **O emprego do Exército Brasileiro como Força de Pacificação nos Complexos do Alemão e da Penha: lições aprendidas.** / 2015. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2015.

Franquia do crime – domínio de áreas amplas pela milícia é novidade para especialistas. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/franquia-do-crime-dominio-de-areas-amplas-pela-milicia-e-novidade-para-especialistas.ghtml>. Acesso em 20 de fevereiro de 2023

_____. LC 136 de 2010. **Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas", para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp136.htm. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

JUNIOR, Marcos Aurélio de Oliveira Ramos. **O emprego da Arma de Engenharia na Intervenção Federal, na Área de Segurança Pública, no Estado do Rio de Janeiro.** / Junior. 2019. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração Militar). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

_____. Portaria Normativa n. 32/MD, de 30 de agosto de 2017. **Aprova o Manual de “Operações Interagências - MD33-M-12” (2ª Edição/2017).** Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/operacoes/md33_m_12_op_interagencias_2_ed_2017.pdf. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

_____. Portaria Normativa n. 3.461 /MD, de 19 de dezembro de 2013. **Aprova publicação “Garantia da Lei e da Ordem - MD33-M-10 (1ª Edição/2013)”.** Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33_m_10_glo_1_ed2013.pdf. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

_____. Portaria n. 003-EME, de 2 de janeiro de 2014. **Aprova o Manual de Fundamentos EB20-MF-10.102 Doutrina Militar Terrestre, 1ª Edição, 2014.** Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEME/eb20_mf_10_102ed2014.pdf. Acesso em: 1º de fevereiro de 2023.

_____. Portaria n. 146-COTER, de 27 de novembro de 2018. **Aprova o Manual de Campanha EB70-MC-10.242 Operação de garantia da Lei e da Ordem, 1ª Edição, 2018.** Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/2649.pdf>. Acesso em: 1º de fevereiro de 2023.

_____. Portaria Normativa n. 22/ Gabinete de Intervenção Federal (GIF), de 11 de outubro de 2018. **Aprova o Plano Estratégico da Intervenção Federal na Área de**

Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (2ª Edição/2018). Acesso em 20 de fevereiro de 2023

O que se sabe sobre a Intervenção Federal no RJ e quem é quem no Comando Militar. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518809925_167595.html#?rel=mas. Acesso em 13 de março de 2023.

SILVA, Ramon Marçal da. **O Plano Nacional de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro. A participação das Forças Armadas, um modelo a ser seguido?** / General de Brigada Ramon Marçal da Silva. - Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra (ESG), 2018.

Relatório final do Comando Conjunto da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública, no Estado do Rio de Janeiro - **Anexo “S” – Adestramento e doutrina - Lições aprendidas e melhores práticas sobre o prepare e o emprego de tropas do Comando Conjunto, no contexto da Intervenção Federal no Rio de Janeiro – 2018.**

Vidas em meio ao fogo cruzado da intervenção do Rio, em imagens. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/24/album/1519495028_220656.html. Acesso em 13 de março de 2023.

Temer assina decreto de intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. <https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-assina-decreto-de-intervencao-federal-na-seguranca-do-rio-de-janeiro.ghtml>. Acesso em 26 de março de 2023.